

Relatório e Contas 2014

CREDITE-EGS- Corretores de Seguros, S.A.

Bernard Denieul

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2015

Índice

I – CONJUNTURA EXTERNA	3
II – A CONJUNTURA PORTUGUESA	4
III – O MERCADO SEGURADOR	5
IV – A CREDITE-EGS	6
A – O VOLUME DE NEGÓCIOS	6
B – DESPESAS OPERACIONAIS	6
B 1. – FORNECEDORES E SERVIÇOS	6
B 2. – DESPESAS COM PESSOAL	7
B 3. – AS PERDAS POR IMPARIDADE	7
B 4. – AUMENTO DE JUSTO VALOR	7
B 5. – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	8
B 6. – OUTROS GASTOS E PERDAS	8
C – AS AMORTIZAÇÕES.....	9
D – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	10
E – OS RESULTADOS	11
F – FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DAS CONTAS	12
G – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	13
V – ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014	14

0
6
AB
JH

I – CONJUNTURA EXTERNA

O ano de 2014 caracterizou-se por uma ressurgência das tensões geopolíticas que gerou uma certa instabilidade política (no Este da Europa, conflito entre a Rússia e a Ucrânia, na Ásia, tensões entre a China e os seus vizinhos por causa das pretensões territoriais da China, no Médio Oriente com a exacerbação do islamismo radical do Estado Islâmico na Síria e no Iraque e que se alastra a toda a África do Norte, África Ocidental e uma parte da África central).

Desde o mês de Julho de 2014, assistimos também a uma queda acentuada da cotação do petróleo (por excesso de oferta) que sustentou, em boa verdade, a retoma económica mundial.

Esta tendência favoreceu os países importadores de Petróleo, como os da União Europeia, provocando um acréscimo do consumo e a redução dos custos de produção. Em contrapartida penalizou as economias emergentes que viram assim uma boa parte das suas receitas diminuir brutalmente (como no caso da Venezuela, da Rússia, do Brasil e de Angola).

Esta redução dos preços do petróleo (e da energia em regra geral) provocou um abrandamento da inflação mundial (1,5 % em Novembro de 2014, 1,4 % nas economias avançadas e 4,7 % nas emergentes). Na União Europeia e na zona euro mais particularmente, esta descida fez temer riscos de deflação.

Na zona euro, a moeda continuou de desvalorizar-se em relação ao Dólar Americano, mas também em relação a outras divisas como a Libra Esterlina e o Yen Japonês.

Descidas do petróleo e do euro deveriam ter permitido, na zona Euro, uma retoma do crescimento económico mais acentuada. Tal não aconteceu ainda, por causa de uma fraqueza dos investimentos, fruto dos ajustamentos ainda em curso e também da deterioração das esperanças a médio prazo.

Nestas circunstâncias, o PIB mundial cresceu 3,3 % (1,8 % nas economias avançadas, 2,4 % nos Estados Unidos e 4,7 % nas economias emergentes), continuando bastante mais baixa na União Europeia e, mais uma vez, particularmente na zona Euro, 0,8%.

Na Europa, as taxas de juros continuaram fracas, levando os investidores a perseguir a sua procura de rendimento.

Os empréstimos bancários ao sector privado continuaram a crescer progressivamente.

El Jm

Handwritten signature and initials in blue ink.

II – A CONJUNTURA PORTUGUESA

O PIB aumentou 0,9 % no exercício de 2014, consequência do aumento da procura interna (+ 2 %) e também do investimento (+ 5,2 % após uma diminuição de 6,4 % no ano anterior).

Na procura interna, notou-se uma recuperação do consumo privado (+ 1,4%) nomeadamente na componente de bens duradouros (+ 14,8%) e isto devido principalmente a progressão das vendas de automóveis (+ 30,4 %).

A inflação, definida pelo IPC, diminuiu 0.3 % em 2014, fortemente influenciada pela evolução dos preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos (diminuição dos preços dos combustíveis).

A procura externa líquida foi negativa refletindo o aumento das importações de bens e serviços (+ 6,2 %) enquanto as exportações abrandaram um pouco, 3,4 %.

A taxa de emprego aumento ligeiramente em 2014, 1,4 %. No entanto o desemprego, apesar de uma diminuição ao longo do exercício, permanece alto e fixou-se em 13,5%.

O Governo Português aproveitou a descida das taxas de juros para emitir dividas (obrigações a 10 anos) com as Yields (2,69 % contra 6,04 % em final de 2013) em mínimos de sempre, com o objetivo de reembolsar antecipadamente parte do empréstimo concedido pelo FMI com taxas de juros superiores às que são negociadas atualmente.

Aproveitando esta conjuntura económica favorável, mas também receitas fiscais em alta, o défice público deverá fixar-se em 3,7 %, abaixo do objetivo definido para 2014.

Os acontecimentos mais marcantes do exercício foram:

A – Colapso do segundo maior grupo bancário privado de Portugal o Banco Espírito Santo e o seu desmantelamento:

1. Criação de um Novo Banco (chamado banco bom) sem os ativos tóxicos que ficaram no BES em liquidação judicial,
2. Venda do grupo segurador TRANQUILIDADE ao fundo Americano APOLO. Acordo da Comissão Europeia sobre esta transação (realizada apenas em 2015),
3. Venda da Espírito Santo Saúde aos Chineses da FOSUN (já proprietários do grupo segurador Fidelidade),
4. Venda do BESI ao grupo Chinês HAITONG,
5. Outras cessões foram realizadas, porém, não sendo ligadas ao nosso setor financeiro/segurador.

B – Saída oficial da situação de Resgate Económico e Financeiro, na qual Portugal se encontrava junto dos seus parceiros, a TRÓIKA (UE, BCE e FMI).

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

III – O MERCADO SEGURADOR

O nosso mercado cresceu 10,1 %, devido essencialmente ao Ramo Vida (+ 13,8 %), uma vez que o Ramo Não Vida ainda registou uma redução de 0,1 % (próximo do equilíbrio).

Os ramos Acidentes de Trabalho (+ 1,18 %) e Saúde (+ 2,75 %) contribuíram positivamente, enquanto o Ramo Automóvel continuou em mares adversos (-1,74 %), fruto da concorrência.

Pese embora o colapso do grupo Espírito Santo no qual estava inserida, a seguradora TRANQUILIDADE resistiu relativamente bem a esta situação difícil, conseguindo manter o 2º lugar no ranking das seguradoras Não Vida, bem como a sua quota de mercado.

De notar que as duas maiores seguradoras nacionais (FIDELIDADE e TRANQUILIDADE) mudaram de mãos, passando sob pavilhão estrangeiro.

Os seguros de Vida recuperaram um pouco do terreno cedido em anos anteriores, provavelmente porque os rendimentos dos depósitos a prazo bancários diminuíram bastante e também porque a confiança no setor bancário ficou abalado com os casos ocorridos em Portugal mais recentemente (BCP, BPN, BPP e BES agora).

Os custos com sinistros Não Vida reduziram 2,6 %, devido essencialmente ao comportamento do Ramo Incêndio e Outros Danos que registou um decréscimo de 21 % (0,9% no Ramo Automóvel).

O rácio S/P (sinistros/prémios) estabeleceu-se em 68,1 % contra 69,9 % em 2013.

Em Acidentes de Trabalho o rácio S/P aumentou de 9 pontos percentuais (113,7 %), justificando as intervenções da ASF (Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões) junto das seguradoras para rever as suas políticas de subscrição e eventualmente elaborar planos de recuperação da sustentabilidade técnica.

A margem de solvência do setor fixou-se em 212 % no final de 2014 (+ 2 pontos) sendo de 213 % em Vida e 220 % em Não Vida.

O setor registou uma quebra significativa dos resultados de 67 % como consequência principal (mas não exclusiva) das perdas da TRANQUILIDADE.

Handwritten signature in blue ink.

IV – A CREDITE-EGS

No decorrer do exercício económico de 2014, conseguimos obter um conjunto de autorizações que nos permitem:

- Operar nos seguintes Países da União Europeia:

Espanha, França, Inglaterra;
- Operar no Mercado Angolano com a respetiva autorização para importar a parte do capital social que nos diz respeito para a criação da empresa, estando previsto, para o início do exercício económico de 2015, a escritura da empresa e o início de atividade

A – O VOLUME DE NEGÓCIOS

As nossas receitas cresceram 5,45%, taxa superior à do Mercado de Seguros Não Vida (que representam parte essencial do nosso volume de negócios), o que demonstra uma certa recuperação em relação a 2013.

B – DESPESAS OPERACIONAIS

Ao mesmo tempo, e fruto dos cortes que nos impusemos no ano anterior, os nossos custos operacionais diminuíram 6.68%

B 1. – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.

Registamos uma redução significativa em relação ao exercício económico anterior, de 10,81%.

As rubricas que mais contribuíram para este decréscimo foram:

– **Consultadoria Informática, – 64%**

Mudámos de fornecedor e reduzimos a carga horária mensal contratada para manutenção corretiva e evolutiva.

– **Honorários, – 51,6%**

Os custos com as vistorias efetuadas por conta dos nossos Clientes foram assumidas pela cre2m, empresa criada para suportar, e não só, estes custos.



– **Comissões Cedidas**, – 7,2%

Houve menos operações levadas a cabo com os nossos congéneres corretores.

– **Deslocações e Estadias**, – 4,96%

Com menos deslocações ao estrangeiro.

– **Serviços Diversos**, – 24,26%

É a rubrica em que reduzimos mais os custos em valor absoluto, €63.200,00. A maior parte das componentes desta rubrica sofreram reduções importantes, como: *Rendas e Alugueres* (– 35,87%), *Aluguer de Equipamentos* (– 21,11%), *Comunicações* (–15,27%), *Seguros* (– 19,04%), *Limpeza, Higiene e Conforto* (– 29,03%).

Em contrapartida registamos um aumento importante em *Materiais* (+ 48,78%). Na componente Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido, que representa quase 1/3 desta rubrica, houve um aumento de 49,77%. Trata-se essencialmente de material de Informática e Telemóveis. Este aumento é devido a uma mudança de critério contabilístico, que foi generalizado em 2014. Todo o material de valor unitário inferior a € 1.000,00 passou a dever ser contabilizado nesta rubrica em vez de ser incluído na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis.

A Componente Material de Escritório cresceu 63,5% e é a mais importante da rubrica *Materiais*. De notar que mais de metade das despesas contabilizadas nesta conta diz respeito a “Toners” e Fotocópias.

B 2. – DESPESAS COM PESSOAL

Os custos sofreram uma redução de 1,9% e que tem a ver essencialmente com uma redução nos vencimentos da Administração ocorrida em Outubro de 2013.

Em Julho as Pessoas chave da empresa tiveram um aumento de salários.

Por outro lado, no final do ano, atendendo aos bons resultados do exercício, foram atribuídas gratificações e prémios de um valor de € 95.082,00.

De notar o grande esforço que foi realizado com a formação do Pessoal. Só neste ano foram contabilizados € 29. 256,00 (+ 252,25% em relação ao ano anterior)

B 3. – AS PERDAS POR IMPARIDADE

Tivemos que constituir imparidades no valor de € 21.677,89, que correspondem a dívidas de Clientes, incobráveis.

Handwritten signature and initials in blue ink.

B 4. – AUMENTO DE JUSTO VALOR

No valor de €28.363,90 com instrumentos financeiros (ações da ZURICH) que corresponde ao valor do aumento da cotação desde a aquisição, até 31/12/2014.

B 5. – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

No valor de € 20.643,08,
esta rubrica sofreu um crescimento de 25,82% em função das seguintes operações:

- Alienação de Ativos Fixos Tangíveis	€ 10.000,00
- Diferenças favoráveis de Cambio	€ 2.273,97
- Correções relativas a exercícios anteriores	€ 3.021,38
- Juros de depósitos a prazo	€ 3.089,71
- Outros	€ 2.258,02

B 6. – OUTROS GASTOS E PERDAS

Pese embora o crescimento das receitas, os outros Gastos e Perdas sofreram uma diminuição de 21,33% em relação ao ano anterior.

Os custos com Impostos, € 55.955,92 são quase neutros em relação ao ano de 2013.

A redução deve-se a:

- Menos correções relativas a períodos anteriores –
€ 7.409,06, -35,44%
- Menos Gastos e Perdas em Investimentos/Outros –
-60,33%. Não sofremos, como em 2013, diferenças de câmbio desfavoráveis suportadas (€ 1.560,15 contra €15.030,31 em 2013).

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

C – AS AMORTIZAÇÕES

Diminuíram 29,58% em relação ao ano anterior. Conforme poderão constatar no quadro abaixo, a principal causa é o final de vida útil fiscal de material de transporte e software.

DEPRECIAÇÕES

	2013	2014	Δ
ATIVOS TANGÍVEIS			
6422 Edifícios e outras construções	8.018,99	7.906,01	-1,41
6423 Equipamento básico	499,80	245,70	-50,84
6424 Equipamento de transporte	68.729,71	37.585,78	-45,31
6425 Equipamento administrativo	28.468,06	29.877,38	4,95
6427 Outros ativos fixos tangíveis		526,53	0,00
Subtotal	106.243,09	76.141,40	-28,33
ATIVOS INTANGÍVEIS			
6432 Projetos de desenvolvimento	10.353,63	0,00	-100,00
6433 Programas de computador	23.442,26	22.471,46	-4,14
Subtotal	33.795,89	22.471,46	-33,51
Total	140.038,98	98.612,86	-29,58

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

D – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Com um valor de €4.334,55 registamos uma melhoria em relação ao ano anterior (-12,18%).

Os juros de financiamento obtidos (Leasing) baixaram ligeiramente.

Handwritten signature in blue ink.

E – Os RESULTADOS

O Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos é de € 527.391,94, ou seja, mais 142,70% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos) fixa-se em € 428.779,08 (+ 455%).

O Resultado antes de impostos é de € 424.444,53 ; existe uma diferença ligeira entre este resultado e o operacional, uma vez que os encargos financeiros não foram consequentes, neste exercício, na CREDITE-EGS.

O resultado líquido após impostos é de € 265.127,22.

Handwritten signature

✓
X
ABS
SM

F – FACTOS OCORRIDOS APÓS O FECHO DAS CONTAS

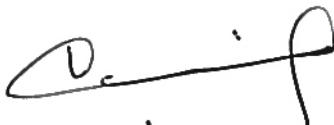
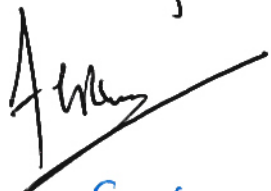
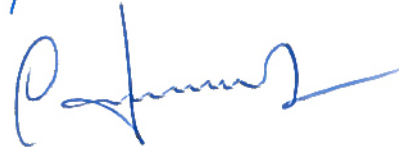
Não ocorreram factos após o fecho das contas., que possam alterar o Resultado Líquido determinado.

[Handwritten signature]

G – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se aos acionistas da CREDITE-EGS – Corretores de Seguros, S.A. que os resultados de € 265.127,22 sejam distribuídos ao acionista CREDITE-EGS, SGPS, S.A.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2015



Ana F. Santos

João Fernandes

– ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014 a que se refere o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

a) Os membros dos Órgãos de Administração não são detentores de acções da Sociedade

Nenhum dos Membros dos Órgão de Administração, durante o exercício de 2014, adquiriu ou vendeu acções da sociedade.

Anexo ao Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014 a que se refere o n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

b) Lista de accionistas detentores de mais de 10% do Capital Social da Sociedade

Accionistas	N.º Acções	%
CREDITE-EGS, SGPS, S.A.	182.032	100%

Não ocorreram durante o exercício compra ou venda de ações da empresa por parte dos Administradores nem existiram quaisquer negócios entre a empresa e os seus Administradores.

Handwritten signature.

Balanço - (modelo normal) em
31/12/2014
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7.1	195 209,90	164 863,90
Ativos intangíveis	6.1	16 116,22	38 587,68
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10.1	32 971,41	32 101,61
Outros ativos financeiros	10.1	12 539,52	12 500,00
		256 837,05	248 053,19
Ativo corrente			
Clientes	14.2	104 844,06	97 892,09
Adiantamentos a fornecedores	14.2	3 500,00	
Acionistas/sócios	14.2	241 160,94	84 190,80
Outras contas a receber	14.2	218 799,81	205 966,72
Diferimentos		50 622,46	10 940,24
Ativos financeiros detidos para negociação	14.2	176 277,45	
Caixa e depósitos bancários	4.1	1 025 646,55	755 746,17
		1 820 851,27	1 154 736,02
Total do ativo		2 077 688,32	1 402 789,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18.3	182 032,00	182 032,00
Reservas legais	18.3	53 405,33	53 405,33
Outras reservas	18.3	99 338,84	99 338,84
Resultados transitados	18.3	1 151 847,85	1 146 665,92
Ajustamentos em ativos financeiros	18.3	(797 571,53)	(797 571,53)
Resultado líquido do período	18.3	265 127,22	5 181,93
Total do capital próprio		954 179,71	689 052,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	14.2	9 020,57	46 809,92
Estado e outros entes públicos	13.3	224 400,80	72 891,73
Acionistas/sócios	14.2	7 784,26	7 784,26
Financiamentos obtidos	14.2	92 286,34	77 300,70
Outras contas a pagar	14.2	790 016,64	508 950,11
		1 123 508,61	713 736,72
Total do passivo		1 123 508,61	713 736,72
Total do capital próprio e do passivo		2 077 688,32	1 402 789,21

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Ph ny

Ana F. Sanchez

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo normal) do período de 2014
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de
Seguros, SA**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	11.2	2 804 486,62	2 659 573,91
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	10.1	869,80	(1 438,74)
Fornecimentos e serviços externos	17.1	(866 490,99)	(971 550,08)
Gastos com o pessoal	15.2	(1 364 385,28)	(1 391 088,47)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.1	(21 679,89)	
Aumentos/reduções de justo valor	11	28 363,90	
Outros rendimentos e ganhos	11.2	20 643,08	16 406,29
Outros gastos e perdas	17.2	(74 415,30)	(94 596,64)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		527 391,94	217 306,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1/7.1	(98 612,86)	(140 038,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		428 779,08	77 267,29
Juros e gastos similares suportados		(4 334,55)	(4 935,79)
Resultado antes de impostos		424 444,53	72 331,50
Imposto sobre o rendimento do período	13.1	(159 317,31)	(67 149,57)
Resultado líquido do período		265 127,22	5 181,93

O Técnico Oficial de Contas

Rel. Nj

A Administração
[Assinatura]
Ana F. Sanchez

27
f
Ph
01
ATS

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

ANO : 2014

P. J. M.

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Credite EGS - Corretores de Seguros, SA
Sede social: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro 87 7º, 1070-062 Lisboa
Endereço eletrónico: Geral@Credite-EGS.pt
Página da internet: www.credite-egs.pt/
Natureza da atividade: Atividades de mediadores de seguros

Designação da empresa mãe: Credite EGS SGPS, SA
Sede da empresa-mãe: Lisboa, Portugal

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31/12/2013.

gm
X
Ph
at
Ats

at

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não houve no período apresentado quaisquer derrogações ao Sistema de Normalização Contabilística.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com os diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística, sendo, portanto, comparáveis.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras ou nas notas às demonstrações financeiras. Não houve no período apresentado quaisquer eventos subsequentes que devam ser referidos.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2013 não há perdas de imparidade a reportar. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

As vidas úteis dos Activos fixos Tangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Edifícios e Outras Construções - 10 anos;
- Equipamento Básico - entre 5 e 8 anos;
- Equipamento de Transporte - 4 anos;
- Equipamento Administrativo - entre 3 e 8 anos;
- Outros Activos Fixos Tangíveis - entre 3 e 10 anos.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. À data de 31/12/2013 não há perdas de imparidade a reportar.

As depreciações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As vidas úteis dos Activos Intangíveis utilizados pela empresa são os seguintes:

- Projetos de desenvolvimento - 3 anos;
- Programas de Computador - 3 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre os primeiros 15 000,00 € de matéria colectável, e 23% sobre o excedente. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Não se verificaram activos e/ou passivos por impostos diferidos materialmente relevantes pelo que não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os activos e os passivos financeiros são classificados ao custo.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não Sejam ou Não Incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros ao custo incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.

JH
L
Ph
AJB

P. Jun

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência. Não se registaram quaisquer provisões no período apresentado.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

- Rédito e Regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica.

- Imparidade

Efectuaram-se testes de imparidade, de acordo com a NCRF 12, às principais rubricas do activo, registando-se no período apresentado uma perda por imparidade relativa a outros devedores.

- Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos dos clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2. **Juizos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuadas estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 - Fluxos de caixa

4.1. **Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5 942,01	23 382,41	23 757,72	5 566,70
Depósitos à ordem	415 719,64	23 671 207,60	23 486 964,74	599 962,50
Outros depósitos bancários	334 084,52	601 571,20	515 538,37	420 117,35
Total	755 746,17	24 296 161,21	24 026 260,83	1 025 646,55

5 - Partes relacionadas

5.1. **Identificação das partes relacionadas**

5.1.1. **Entidades participantes**

5.1.1.1. **Participação no capital social da entidade**

Descrição	Percentagem
Credite EGS SGPS, SA	100,000000%
Total	100,000000%

5.1.1.2. **Entidades que participam diretamente no capital da entidade**

NIF	508057965
Denominação	Credite EGS SGPS, SA
Sede (País)	PT
CAE	6420
Part. direta capital (%)	100,000000%
Part. direta direitos voto (%)	100,000000%
Data de início da participação	17/12/2007

gm
x
ph
o
ABR

5.1.2. Entidades participadas

5.1.2.1. Entidades em que a entidade participa diretamente

NIF	502624825
Denominação	Cristina Pereira - Mediadores de Seguros, Lda
Sede (País)	PT
CAE	6622
Dividendos pagos pela participante	0,00
Natureza relação	Subsidiária
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não)	Sim
Se SIM, indique o método	Método da Equivalência Patrimonial
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não)	Sim
Part. direta capital (%)	60,000000%
Part. direta direitos voto (%)	60,000000%
Data de início da participação	11/12/2013

5.2. Transações entre partes relacionadas

5.2.1. Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Descrição	Empresa Mãe	Subsidiárias	Associadas	Entid. com ctrl conj/IS	Empreend. conjuntos	Pessoal chave gestão	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES							
Conta de pessoal						18 143,00	
Conta de acionistas/sócios	241 160,94					(7 784,26)	
Conta de empréstimos concedidos		12 500,00					

5.2.2. Remunerações do pessoal chave da gestão, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Total de remunerações	305 696,34	316 586,49
Total benefícios de curto prazo dos empregados		
Total benefícios pós-emprego		
Total benefícios de longo prazo		
Total benefícios por cessação de emprego		
Total pagamentos com base em ações		

ph

6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		31 054,65	70 332,91					101 387,56
Amortizações acumuladas totais no fim do período		31 054,65	54 216,69					85 271,34
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquida no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		31 054,65	70 332,91					101 387,56
Amortizações acumuladas		31 054,65	31 745,23					62 799,88
Saldo no início do período			38 587,68					38 587,68
Variações do período								
Total de aumentos								
Amortizações do período			22 471,46					22 471,46
Total diminuições			22 471,46					22 471,46
Saldo no final do período			16 116,22					16 116,22

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		135 698,51	3 236,10	526 746,21	521 868,33		13 558,23			1 201 107,38
Depreciações acumuladas		49 312,20	2 253,30	493 251,70	480 231,96		11 194,32			1 036 243,48
Saldo no início do período		86 386,31	982,80	33 494,51	41 636,37		2 363,91			164 863,90
Variações do período		(7 906,01)	(245,70)	34 579,28	4 444,96		(526,53)			30 346,00
Total de aumentos				72 165,06	34 322,34					106 487,40
Aquisições em primeira mão				72 165,06	34 322,34					106 487,40
Total diminuições		7 906,01	245,70	37 585,78	29 877,38		526,53			76 141,40
Depreciações do período		7 906,01	245,70	37 585,78	29 877,38		526,53			76 141,40
Saldo no fim do período		78 480,30	737,10	68 073,79	46 081,33		1 837,38			195 209,90
Valor bruto no fim do período		135 698,51	3 236,10	559 911,27	556 190,67		13 558,23			1 268 594,78
Depreciações acumuladas no fim do período		57 218,21	2 499,00	491 837,48	510 109,34		11 720,85			1 073 384,88

8 - Locações

8.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		272 560,08		272 560,08	
Depreciações/Amortizações acumuladas		204 486,27		204 486,27	
Saldo no fim do período		68 073,81		68 073,81	
Total dos futuros pagamentos mínimos		92 286,34		92 286,34	
Até um ano		44 866,79		44 866,79	
De um a cinco anos		47 419,55		47 419,55	

8.2. Descrição geral dos acordos de locação financeira significativos

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
CLEA/5905	Montepio Crédito, SA	Citroen 21-JF-99	60 250,00	Sim
2010013633	Banco BPI, SA	Mercedes 09-JZ-33	84 345,00	Sim
6000053340001	Banco Credibom, SA	Volkswagen 93-MZ-89	27 900,00	Sim
6000053350001	Banco Credibom, SA	Volkswagen 21-NB-74	27 900,00	Sim
2014.010526.01	Santander Consumer	Nissan 51-OR-61	31 297,00	Sim
VWCLSG1001857	Volkswagen Bank	Volkswagen 99-OX-61	40 868,08	Sim

9 - Custos de empréstimos obtidos

9.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Os gastos com empréstimos obtidos são considerados gastos do período em que são incorridos.

10 - Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Consolidação

10.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam o Método da Equivalência Patrimonial

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	FCT	Total
Valor bruto inicial	32 101,61				32 101,61
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	12 500,00				12 500,00
Valor líquido inicial	44 601,61				44 601,61
Movimentos do período	869,80				869,80
Parte do investidor nos resultados da investida	869,80				869,80
Outros aumentos				39,52	39,52
Valor líquido final	45 471,41			39,52	45 510,93

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

11 - Rédito

11.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- a fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

11.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	2 804 486,62	2 659 573,91
Juros	3 089,71	6 215,79
Outros réditos	46 787,07	10 190,50
Total	2 854 363,40	2 675 980,20

12 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

12.1. Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte

Descrição	Capitais Próprios	Resultados	Cap. Próprios Per. Anterior	Resultados Per. Anterior
Saldo no início do período				
Movimentos do período				
Diferenças de câmbio favoráveis		2 273,97		4 905,20
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1 560,15		15 030,31
Saldo no final do período				

12.2. Relação das taxas de conversão utilizadas e respetivas taxas históricas

Nome da moeda	Taxa de fecho	Taxa histórica
FRANCO SUÍÇO	1,2024	1,2023

Handwritten signature in the bottom right corner.

13 - Impostos e contribuições

13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	424 444,53	72 331,50
Imposto corrente	159 317,31	67 149,57
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	159 317,31	67 149,57
Tributações autônomas	47 509,04	35 520,59
Taxa efetiva de imposto	37,53	92,84

13.2. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	159 317,31		159 317,31	67 149,57		67 149,57
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:						
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido						
Imposto corrente	159 317,31		159 317,31	67 149,57		67 149,57

13.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	27 516,14	159 317,31	40 883,96	67 149,57
Pagamentos por conta	26 743,68		39 330,00	
Pagamentos normais	26 743,68		39 330,00	
Retenções efetuadas por terceiros	772,46		1 553,96	
Imposto estimado		159 317,31		67 149,57
Retenção de impostos sobre rendimentos		55 350,20		23 593,96
Outros impostos				1,99
Contribuições para a Segurança Social		37 249,03		23 030,17
Outras tributações		0,40		
Total	27 516,14	251 916,94	40 883,96	113 775,69

14 - Instrumentos financeiros

14.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes						
Outras dívidas a receber	21 679,89		21 679,89			
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total	21 679,89		21 679,89			

14.2. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte

Descrição	Mensurados ao custo 2014	Mensurados ao custo 2013
Ativos financeiros:	744 582,26	388 049,70
Clientes	104 844,06	97 892,09
Adiantamentos a fornecedores	3 500,00	
Acionistas/sócios	241 160,94	84 190,89
Outras contas a receber	218 799,81	205 966,72
Ativos financeiros detidos para negociação	176 277,45	
Passivos financeiros:	899 107,81	549 689,29
Fornecedores	9 020,57	46 809,92
Acionistas/sócios	7 784,26	7 784,26
Financiamentos obtidos	92 286,34	77 300,70
Outras contas a pagar	790 016,64	508 950,11
Ganhos e perdas líquidos:	4 746,60	(11 819,80)
De ativos financeiros	6 785,31	3 466,46
De passivos financeiros	(2 038,71)	(15 286,26)
Rendimentos e gastos de juros:	(1 244,84)	1 280,00
De ativos financeiros	3 089,71	6 215,79
De passivos financeiros	(4 334,55)	(4 935,79)

ATIVO – Clientes C/C	2014	2013
211 – Seguradoras diversas	104 844,06	97 892,09
219 – Perdas por imparidade	0,00	0,00

JH
 &
 PH
 @
 AHS

ATIVO - Acionistas	2014	2013
26602 - Credite EGS SGPS, SA	241 160,94	84 190,89

ATIVO - Outras contas a receber	2014	2013
2721 - Acréscimos de rendimentos	90 596,56	131 233,22
278 - Devedores diversos	130 218,45	56 923,60
279 - Perdas de imparidade - devedores diversos	(21 679,89)	0,00
23 - Pessoal	18 980,11	16 755,36

ATIVO - Ativos financeiros	2014	2013
14 - Ações Zurich	176 277,45	0,00

PASSIVO - Fornecedores C/C	2014	2013
221 - Fornecedores diversos	9 020,57	46 809,92

PASSIVO - Financiamentos obtidos	2014	2013
251310003 - Montepio Crédito 16295	5 410,85	18 586,08
251310005 - BPI 13633	16 783,94	34 213,33
251310006 - Credibom 600005334.001	7 584,36	12 250,32
251310007 - Credibom 600005335.001	8 322,55	12 250,97
251310008 - Santander Consumer 2014.010526.01	25 657,52	0,00
251310009 - Volkswagen Bank 1001857	28 527,12	0,00

PASSIVO - Outras contas a pagar	2014	2013
2722 - Acréscimos de gastos	207 766,76	179 112,23
278 - Credores diversos	47 179,97	274 416,55
23 - Pessoal	18 143,00	0,00
211 - Clientes adiantamentos	516 926,91	63 718,44

P
 JH

PH
/ PH
/ AFS

15 – Benefícios dos empregados

15.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	32,00	61 440,00
Pessoas remuneradas	32,00	61 440,00
Pessoas não remuneradas		
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	32,00	61 440,00
Pessoas a tempo completo	32,00	61 440,00
(das quais pessoas remuneradas)	32,00	61 440,00
Pessoas na tempo parcial		
(das quais pessoas remuneradas)		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	32,00	61 440,00
Masculino	12,00	23 040,00
Feminino	20,00	38 400,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário		

15.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	1 364 385,28
Remunerações dos órgãos sociais	305 696,34
Remunerações do pessoal	741 924,13
Encargos sobre as remunerações	238 418,17
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	45 247,88
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	33 098,76
- formação	29 256,22

P. J. J.

16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	2 804 486,62	2 804 486,62
Fornecimentos e serviços externos	866 490,99	866 490,99
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	1 364 385,28	1 364 385,28
Remunerações	1 047 620,47	1 047 620,47
Outros gastos	316 764,81	316 764,81
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	195 209,90	195 209,90
Total das aquisições	106 487,40	106 487,40

16.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	2 804 486,62			2 804 486,62
Fornecimentos e serviços externos	866 490,99			866 490,99
Aquisições de ativos fixos tangíveis	106 487,40			106 487,40
Rendimentos suplementares:				

16.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os Resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

- Administração

Relativamente aos seus administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

- Processos Judiciais

1- Instituto de Gestão Financeiras da Segurança Social- Valor 2.989,76 €

Existe um Processo de execução fiscal instaurado contra a Credite relativo a falta pagamento de contribuições de parte de meses de 2012 e de 2013 = 2.665 € + juros mora = 325 €

Em 27-02-14 foi apresentada oposição judicial por parte da credite demonstrando pagamentos efectuados. Foi requerida suspensão do processo executivo.

- Garantias

Existem as seguintes GARANTIAS REAL (não hipotecário):

Banco Santander - 18 513,00
Montepio Crédito - 22 400,00
Banco Credibom - 12 933,00

17 - Outras informações

17.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	490 005,42	553 396,94
Trabalhos especializados	132 265,01	170 524,78
Publicidade e propaganda	52 455,96	42 514,36
Vigilância e segurança	1 167,88	49,20
Honorários	54 325,62	74 294,05
Comissões	205 990,34	230 311,57
Conservação e reparação	35 143,23	28 193,77
Outros	8 657,38	7 509,21
Materiais	73 456,64	49 371,43
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	22 987,50	15 348,03
Livros e documentação técnica	918,83	375,70
Material de escritório	27 606,47	16 884,55
Artigos para oferta	21 943,84	16 763,15
Energia e fluidos	48 986,06	48 581,64
Electricidade	10 581,70	12 187,52
Combustíveis	37 249,14	34 915,08
Água	1 155,22	1 479,04
Deslocações, estadas e transportes	56 708,91	59 665,88
Deslocações e estadas	56 708,91	59 665,88
Serviços diversos	197 333,96	260 534,19
Rendas e alugueres	90 591,64	141 255,73
Comunicação	44 382,92	52 380,84
Seguros	9 960,38	12 303,69
Contencioso e notariado	2 625,08	2 572,30
Despesas de representação	34 795,28	30 915,25
Limpeza, higiene e conforto	14 978,66	21 106,38
Total	866 490,99	971 550,08

fm
S
P
A

17.2. Discriminação dos outros gastos e perdas

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Impostos diretos	87,03	101,53
Impostos indiretos	53 516,51	54 119,11
Taxas	1 677,82	2 426,35
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2 705,37	0,00
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	3 235,55	9 802,50
Donativos	1 510,00	5 544,80
Quotizações	2 376,00	3 283,00
Diferenças de pagamentos segurados	619,92	810,09
Indemnizações a segurados	1 910,87	538,69
Coimas	205,00	397,70
Gastos não documentados	3 002,92	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	15 030,31	2 033,76
Outros	478,34	293,75
Total	86 355,64	79 351,28

18 – Capital Próprio

18.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social é de 180.032,00€ encontrando-se integralmente realizado.

18.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social está representado por 182.032 acções de valor nominal de 1 Euro.

P

18.3. Movimentos do período

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital social	182 032,00			182 032,00
Reservas legais	53 405,33			53 405,33
Outras reservas	99 338,84			99 338,84
Resultados transitados	1 146 665,92		5 181,93	1 151 847,85
Ajustamentos em ativos financeiros	(797 571,53)			(797 571,53)
Resultado Líquido do Período	5 181,93	5 181,93	265 127,22	265 127,22
Total	689 052,49	5 181,93	270 309,15	954 179,71

SH
X
PM
AHS

PM

19 - Divulgações exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal

19.1 Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por Natureza	2014	2013
Numerário/ Cheque/ Transferência	2 804 486,62	2 659 573,91

Por Tipo	2014	2013
Comissões de Seguros	2 804 486,62	2 659 573,91

19.2 Indicação do total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por ramo "Vida", fundos de pensões e conjunto dos "Não Vida" e por origem (por empresas de seguros, outros mediadores clientes)

Por Ramos	2014	2013
Vida	47 750,45	35 835,13
Não Vida	2 756 736,17	2 623 738,78
Fundos de Pensões	0,00	0,00
Total	2 804 486,62	2 659 573,91

Por Origem	2014	2013
Empresas de Seguros	2 803 819,11	2 659 401,34
Mediadores	667,51	172,57
Total	2 804 486,62	2 659 573,91

19.3 Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível das empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira

Seguradora	Valor 2014	Valor 2013	% 2014	% 2013
	(*)		(*)	
Fidelidade Mundial	1 393 368,90	1 305 540,27	49,68	49,09

(*) Bruto de co.seguro

19.4 Valores de contas Clientes no início e no final do exercício

	2014	2013
Saldo Inicial	34 173,65	(465 083,45)
Movimentos a débito	19 105 126,01	19 303 576,29
Movimentos a crédito	19 551 382,51	19 734 486,09
Saldo Final	(412 082,85)	34 173,65

O Técnico Oficial de Contas

Ad N

A Administração

Ana F. Sanchez

19.5 Contas e receber e a pagar por origem

	A receber 2014	A pagar 2014	A receber 2013	A pagar 2013
Tomadores de Seguros	76 126,08	22 312,29	0,00	0,00
Empresas de Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mediadores	5 991,56	440,97	1 339,63	8 582,90
Outras quantias	136 682,17	767 263,38	204 627,09	500 367,21
Total	218 799,81	790 016,64	205 966,72	508 950,11

19.6 Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar**19.6.1 Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros**

	2014	2013
Fundos	22 312,29	0,00

19.6.2 Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

	2014	2013
Prémios cobrados	2 498,69	0,00

19.7 Informação acerca de eventuais garantias colaterais detidas a título de caução e outros documentos de crédito e, salvo se impraticável uma estimativa do seu justo valor

Existe uma caução bancária de 18 760,00€ [alínea c) do número 1 do artigo 19º do Decreto-Lei 144/2007 de 31 de Julho].

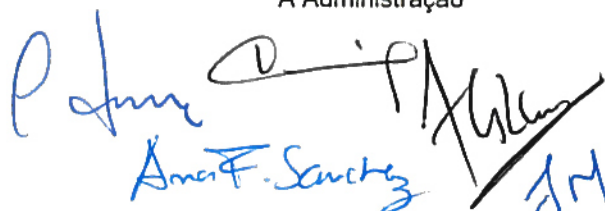
19.8 Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor representam, cada uma, mais de 5% do total das remunerações auferidas pela sua carteira

Seguradora	% 2014	Seguradora	% 2013
	%		%
Fidelidade Mundial	49,68	Fidelidade Mundial	49,09
Tranquilidade	14,10	Tranquilidade	15,94
Zurich	6,94	Generalli	6,40
Generalli	5,54	Zurich	5,96
Axa	4,78	Axa	4,36
AIG	3,88	AIG	4,04
Açoreana	3,49	Açoreana	3,69
Allianz	2,63	Victória	2,61
Victória	2,06	Allianz	2,39
Mapfre	0,91	Lusitânia	0,91

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2013
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013 6		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 044 397,55	(800 211,88)			102 268,37	681 230,21		681 230,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	13														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								102 268,37	2 640,35			(102 268,37)	2 640,35		2 640,35
7								102 268,37	2 640,35			(102 268,37)	2 640,35		2 640,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8												5 181,93	5 181,93		5 181,93
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
10															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2013 6+7+8+10		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 146 665,92	(797 571,53)			5 181,93	689 052,49		689 052,49

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
Ana F. Santos

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em
31/12/2014**
(montantes em euros)

Credite - EGS - Corretores de Seguros, SA

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
18 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 6		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 146 665,92	(797 571,53)			5 181,93	689 052,49		689 052,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								5 181,93				(5 181,93)			
7								5 181,93				(5 181,93)			
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												265 127,22	265 127,22		265 127,22
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL												265 127,22	265 127,22		265 127,22
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
10															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 6+7+8+10		182 032,00				53 405,33	99 338,84	1 151 647,85	(797 571,53)			265 127,22	954 179,71		954 179,71

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Assinatura]
Ana F. Sanchez

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do
período findo em 31/12/2014
(montantes em euros)**

**Credite - EGS - Corretores de Seguros,
SA**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	14	3 229 063,23	2 128 324,77
Pagamentos a fornecedores	14	987 351,64	987 851,05
Pagamentos ao pessoal	15	1 047 620,47	1 401 342,99
Caixa gerada pelas operações		1 194 091,12	(260 869,27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	13	(52 742,43)	73 163,27
Outros recebimentos/pagamentos	14	(455 445,71)	(14 141,28)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		685 902,98	(348 173,82)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	7	34 322,34	349 450,25
<i>Ativos intangíveis</i>			29 889,00
<i>Investimentos financeiros</i>	5	147 913,55	43 400,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>	3	3 089,71	6 215,79
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(179 146,18)	282 377,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	8	56 244,42	43 911,74
<i>Juros e gastos similares</i>	3	4 334,55	5 191,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(60 578,97)	(49 103,48)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		446 177,83	(114 900,26)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	755 746,17	870 646,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 201 924,00	755 746,17

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Al N

Al N

Al N



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de Credite- EGS- Corretores de Seguros, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de balanço de 2.077.688 euros e um total de capital próprio de 954.180 euros, incluindo um resultado líquido de 265.127 euros, a Demonstração de Resultados por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Crédito- EGS- Corretores de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

8. Relato sobre os requisitos legais

É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 24 de Março de 2015

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único vem apresentar a V. Exas., o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão que compreende a proposta de aplicação de resultados e os documentos de prestação de contas, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e os restantes desenvolvimentos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 relativos à **Credite-EGS - Corretores de Seguros, SA**

1. No exercício da sua função, o Fiscal Único acompanhou a actividade da empresa através de informações prestadas pela administração e outros responsáveis superiores da empresa e da análise dos registos e documentação relevante.
2. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração exprime os principais aspectos da actividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação de contas, além de apontar algumas perspectivas da evolução previsível da Sociedade.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, o Fiscal único emitiu a Certificação Legal de Contas não qualificada datada de 24 de Março de 2015.
4. Face ao exposto é parecer do Fiscal Único que:
 - a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços da empresa o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 24 de Março de 2015

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Representada por

Dr. João Carlos Monteiro de Macedo,
Revisor Oficial de Contas n.º 817